



Finanças Públicas – Administração

Relatório Finanças Públicas “Janeiro a Dezembro de 2012”

Direcção Geral da Conjuntura, Previsão e Relações Internacionais

Bissau, Fevereiro 2012

Índice

I. Editorial	2
II. INTRODUÇÃO	3
III. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012	0
3.1 Execução Orçamental do Estado	0
3.2. Pagamento dos anos anteriores no exercício corrente.....	6
3.3. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias.....	7
3.4. Dívida Externa.....	8
3.4.1. Quadro da Evolução da Dívida Externa	8
3.5. Estado de Convergência	9
IV. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI	11
V. PERSPECTIVAS	12
VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	14

I. EDITORIAL

O Ministério das Finanças (MF) ao assumir a Reforma Institucional como um desafio, uma resposta e uma solução para modernização e maior eficiência na prestação de serviços públicos do Estado, pretende contribuir, de uma forma significativa, para a mudança organizacional da produção e valorização de uma nova metodologia de trabalho baseada na produção de valores associada à gestão por objectivo e por competência.

Por um lado, o desafio assumido pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito do Programa Trienal de Facilidade de Crédito Alargado (ECF), constitui para a actual Direcção Superior do Ministério das Finanças, não só uma recomendação da Comunidade Internacional, mas também um imperativo de maior transparência e rigor na gestão da coisa pública, e de mudança, capaz de permitir um alavancar de esperança e credibilidade na nossa administração pública.

Com a publicação do presente relatório pretende-se criar um novo conceito de gestão e de aproximação da sociedade introduzindo a vertente comunicação numa perspectiva pedagógica e, permitir o acompanhamento de todo o processo de reforma em curso na gestão das Finanças Públicas. Pretende-se ainda fundamentalmente, proporcionar ao público em geral, e aos colaboradores e parceiros em particular, uma nova dinâmica da transformação da visão futura das Finanças Públicas da Guiné-Bissau.

Ministério das Finanças

II. INTRODUÇÃO

O objectivo deste Boletim é fornecer informações sobre o estado das Finanças Públicas até Dezembro de 2012, por forma a permitir uma visão global da execução orçamental, dando mais transparência à execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de acordo com a nova disposição da União, Código de Transparência e Gestão das Finanças Públicas Nº 1/2009/CM/UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental). De acordo com o mesmo, constitui uma das recomendações aos Estados Membros da União a publicação das informações sobre a execução orçamental.

Esta apresentação visa por um lado fornecer informações que permitem a tomada de decisões relativamente às Políticas Económicas necessárias, à prossecução dos objectivos do Governo em matéria das Finanças Públicas, consubstanciadas no seu Programa e no OGE em execução.

Por outro lado, dar informações úteis ao público sobre a execução orçamental. O Boletim apresenta, inicialmente, a evolução das Finanças Públicas durante o ano de 2012 (Resultado da execução orçamental de Janeiro a Setembro de 2012), ponto de situação do estado de implementação do programa ECF com o FMI, perspectivas para o ano económico de 2012 e por último as Conclusões e Recomendações.

Assim sendo, o Ministério das Finanças (MF), no âmbito do Código de Transparência, apresenta ao público “O Relatório das Finanças Públicas de Janeiro a Dezembro de 2012”.

O País atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), após as decisões conjuntas do Conselho de Administração do FMI no dia 13 de Dezembro e do Banco Mundial no dia 16 Dezembro de 2010. Na base desta importante decisão dos Conselhos de Administração das Instituições do Breton

Woods, o País beneficiou de uma redução significativa do stock da sua dívida externa em Maio de 2011. Este alívio alcançado representa um novo começo e lança novas premissas para as Finanças Públicas e para o País em geral.

Na perspectiva de contribuir para a sustentabilidade da dívida externa da Guiné-Bissau, os Credores facilitaram as negociações que culminou com uma redução importante do stock da dívida externa. Por seu lado, o Governo acordou junto dos seus principais parceiros que, os eventuais recursos adicionais que serão obtidos através da anulação da dívida externa, seriam utilizados para financiar sectores prioritários (saúde, educação e infra-estruturas de base) conforme identificados no Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP II).

Até Dezembro de 2012, o saldo global excluindo donativos, registou um déficite de 38.393,3 milhões de FCFA, tendo-se registado uma diminuição na receita total em 12,5% e um aumento na despesa corrente primária em 14,2% face ao mesmo período do ano transacto. O saldo primário de base situou-se em -16.882,9 milhões de FCFA contra 2.349,9 milhões de FCFA para o período homólogo de 2011.

III. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ATÉ DEZEMBRO DE 2012

3.1 Execução Orçamental do Estado

(Janeiro a Dezembro 2012)

Em milhões FCFA			
DESIGNAÇÃO	2011 Exec	2012 Exec	VH %
Receitas Correntes	52.603,2	46 023,8	-12,5
Receitas Tributárias	40.253,4	38 913,1	-3,3
Receitas não Tributárias	12.349,8	7 110,7	-42,4
Despesas Correntes	54.649,3	62 733,0	14,8
Despesas com Pessoal	28.814,7	24 341,2	-15,5
Remunerações certas	22.207,6	24 341,2	9,6
Aquisição Bens e Serviços	7.500,0	12 316,5	64,2
Transferências	7.196,6	16 526,8	129,6
Outras Despesas Correntes	11.072,8	9 128,2	-17,6
Juros	65,2	420,3	544,6
Despesas à Regularizar	244,9	111,1	-54,6
Desp. Capital	368,9	21 573,0	5747,9
Desp. Capital (c/rec. Int.)	368,9	594,1	61,0
Total das Receitas	52.603,2	46 023,8	-12,5
Total das Despesas	55.263,2	84 417,1	52,8
Saldo Global exc. Donativos	-2 660,0	-38 393,3	
Saldo Orç. Base Corrigido	10 008,3	-5 192,8	
Saldo Primário	-1 980,9	-16 288,8	
Saldo Primário de base	-2 349,9	-16 882,9	
Saldo Orç. Base excl. Don	-1 677,2	-16 115,1	

Fonte: Ministério das Finanças

De acordo com o Quadro das Operações Financeiras do Estado (TOFE - 2012), até Dezembro de 2012:

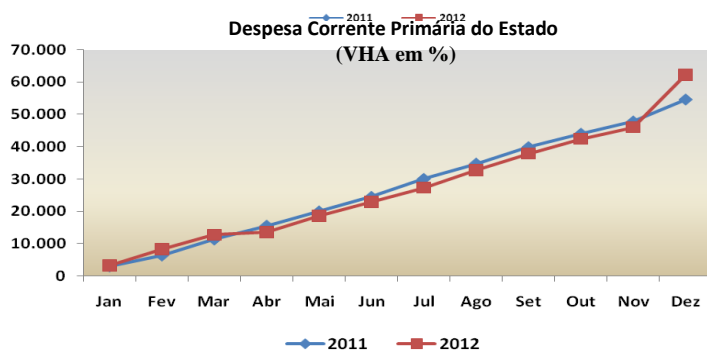
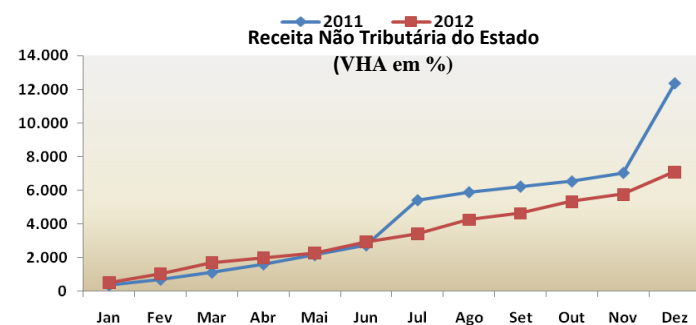
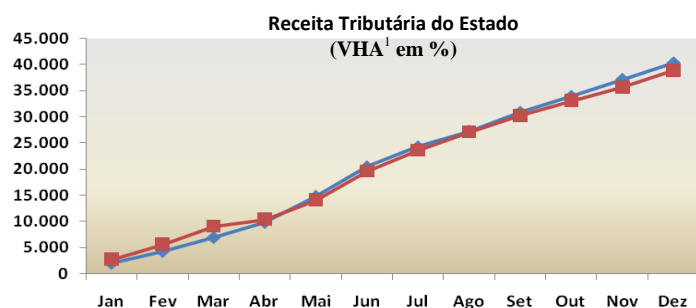
- O saldo global excluindo os donativos registou um défice de 38.393,3 milhões de FCFA contra um défice 2.660,0 milhões de FCFA no mesmo período de 2011;

- O saldo primário também registou um défice de 16.288,8 milhões de FCFA contra um défice de 1.980,9 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto.

- O saldo primário de base teve um défice de 16.882,9 milhões de FCFA contra um défice de 2.349,9 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto.

- **As receitas correntes** diminuíram 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As Receitas tributárias registaram uma diminuição de 3,3%, devido a queda nos impostos indirectos em 6,6%. Da mesma forma, as **receitas não tributárias** diminuíram em 42,4%, devido a suspensão do acordo das pescas com a União Europeia, facto que levou ao não desembolso da compensação financeira e do apoio ao sector das pescas (no quadro do programa científico).



¹ Variação Homóloga Acumulada.

A queda registada nos impostos indirectos deve-se ao decréscimo nos Imposto sobre consumo (IEC) em 7,1%, outros impostos indirectos em 6,9%, impostos sobre as transacções internacionais em 5,7% e imposto geral sobre vendas (IGV) em 7,3%.

O Total das Despesas aumentou em 52,8% face ao mesmo período. As despesas primárias² registaram a mesma tendência, em cerca de 52,3%. Por último, as despesas correntes primárias também aumentaram em 14,2%, impulsionado pelo aumento em rubricas como:

- Pagamento dos juros em 544,3%;
- Transferências em 129,6%;
- Aquisição de bens e serviços em 64,2%.

Ainda nas rubricas das despesas correntes constatou-se uma diminuição nas outras despesas correntes e nas despesas com pessoal em 17,6% e 15,5%, respectivamente. Este último deve-se essencialmente a reestruturação da nomenclatura orçamental no quadro da UEMOA, apesar de haver um aumento nas remunerações certas em 9,6%.

3.2. Pagamento dos anos anteriores no exercício corrente

Até Dezembro de 2012, o Governo não pagou as despesas atrasadas, referente ao ano de 2011.

² Entende-se como despesas primárias as despesas totais excluindo juros.

Quadro da Variação Homóloga Acumulada

Indicador	Unidade	Dez-11	Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12	Jul-12	Ago-12	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12
Receita Total	VHA	5,9	35,1	32,7	33,3	8,4	-3,4	-2,6	-8,9	-5,2	-5,8	-4,8	-6,1	-12,5
Receitas Correntes	VHA	5,9	35,1	32,7	33,3	8,4	-3,4	-2,6	-8,9	-5,2	-5,8	-4,8	-6,1	-12,5
<i>Receitas Tributárias</i>	VHA	21,5	33,0	29,4	29,9	5,7	-5,0	-4,1	-2,7	-0,4	-1,9	-2,3	-3,8	-3,3
<i>Receitas Não Tributárias</i>	VHA	-35,3	46,6	53,6	54,9	24,9	7,2	8,7	-36,6	-27,2	-25,1	-18,0	-18,0	-42,4
Despesas Totais	VHA	7,8	16,6	33,9	56,7	21,0	19,2	28,1	18,7	18,5	16,4	16,1	14,4	52,8
<i>Despesas Correntes</i>	VHA	8,4	9,2	30,2	13,0	-11,1	-5,6	-5,7	-8,3	-5,1	-4,0	-2,6	-2,8	14,8
<i>Despesas Correntes Primária</i>	VHA	10,9	8,4	30,5	12,7	-12,2	-6,5	-6,5	-9,0	-5,7	-4,9	-3,4	-3,5	14,2
<i>Despesas Primária</i>	VHA	10,3	15,8	34,3	56,6	20,1	18,3	27,4	18,1	17,9	15,6	15,4	13,7	52,2

3.3. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias

Até Dezembro de 2012, o total das despesas correntes efectuadas nos sectores da Educação, Saúde, Infra-estruturas e Agrícola, foram de 10.795,1 milhões de FCFA, o que representa 2,27% do PIB, contra uma previsão de 34.782,7 milhões de FCFA. É de salientar que, a execução ficou muito abaixo do programado.

Durante o período em análise, a despesa realizada no sector da Educação foi de 6.695,3 milhões de FCFA, representando 1,41% do PIB contra uma Previsão de 10.327,9 milhões de FCFA.

Em relação ao sector de Saúde, com a taxa da execução de 36,2%, a despesa corrente situou-se na ordem de 3.119,5 milhões de FCFA o que representa 0,66% do PIB, contra uma previsão de 8.606,7 milhões de FCFA.

Relativamente ao Sector Agrícola, a despesa prevista foi de 5.768,7 milhões de FCFA, sendo-se que a execução foi de 386,2 milhões de FCFA, representando 0,08% do PIB.

Finalmente, no sector das Infra-estruturas a execução foi de 594,1 milhões de FCFA, representando 0,13% do PIB, contra uma previsão de 10.079,4 milhões de FCFA,.

No período em análise, a maior parte das despesas correntes realizadas destinaram-se aos sectores da Defesa e Segurança (10.962,8 milhões de FCFA), ou seja, 2,31% do PIB.

Este facto traduz-se na necessidade de acelerar o processo de implementação de políticas no quadro das reformas, com vista a canalizar esses recursos para áreas produtivas.

QUADRO DOS GASTOS SOCIAIS* E DESPESAS PRIORITÁRIAS Dez. 2012 (em milhões Fcfa)

Sectores Sociais e Agrícola	Prog. Dezembro	Real.	Tx. Real.	Em % do PIB
Educação	10.327,9	6.695,3	64,8	1,41
Saúde	8.606,7	3.119,5	36,2	0,66
Agricultura	5.768,7	386,2	6,7	0,08
Infra-estrutura	10.079,4	594,1	5,9	0,13
TOTAL GERAL	34.782,7	10.795,1	31,0	2,27

(*) Despesas correntes e despesas de capital com financiamento interno

Fonte: DGO – Direcção Geral do Orçamento

QUADRO DAS DESPESAS CORRENTES DA DEFESA E SEGURANÇA (em milhões Fcfa)

	Prog. OGE	Exec.	Tx. Exec.	Em % do PIB
Defesa e Segurança	14.231,3	10.962,8	77,0	2,31

Fonte: Ministério das Finanças/DGO

3.4. Dívida Externa

3.4.1. Quadro da Evolução da Dívida Externa

Evolução recente do Stock da Dívida Externa Líquida da Guiné-Bissau			
PERÍODO	PIBn Milhões FCFA	STOCK DA DÍVIDA EXTERNA DA GUINÉ- BISSAU (Milhões FCFA)	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA % DO PIB
2006	309.462	522.865	169,0%
2007	333.381	494.597	148,4%
2008	386.952	510.673	132,0%
2009	390.484	499.102	127,8%
2010	418.526	497.220	118,8%
2011	465.083	210.910	45,6%
2012 ^(*)	474.814	246.175	51,8%

(*) Dados disponíveis até Dezembro de 2012.

Fonte: DSD – Direcção de Serviço da Dívida.

Indicador da Dívida Externa até 31 de Dezembro de 2012. (Em mil Dólares)

	Total do stock da Dívida externa até 31/Dez./11	Total do stock da Dívida externa até 31/Dez./12
Total	424.131,05	496.972,22
Multilateral	244.085,40	257.663,80
Bilateral	178.873,21	238.135,99
Banco Franco-Português	1.172,43	1.172,43

Fonte: MF/DSD

No final de Dezembro de 2012, o stock da dívida externa situou-se em 497,0 milhões de USD contra 424,1 milhões de USD no período homólogo de 2011, registando um aumento de 17,2%.

Este aumento deve-se a actualização da dívida de alguns credores tais como o BADEA, SAUDI FUND e KUWAIT FUND.

3.5. Estado de Convergência

Quadro do Critério da Primeira Ordem

1ª Ordem

CONVERGÊNCIA				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2011	2011	2012
Saldo Orç.de base/PIB	>=0%	2,2	2,2	-1,1
Taxa Infl. média anual	<=3%	5,1	5,1	2,2**
Dív.Pub.Total/ PIB ³	<=70%	36,4	45,3	51,8
Δ.dos atras.pag.Interno	0	1.189,9	1.189,9	4.462,4

(**) Dados do INE

Quadro do Critério da Segunda Ordem

2ª Ordem

CONVERGÊNCIA				
INDICADORES	Anual		Jan. a Dez.	
	Norma	2011	2011	2012
Massa Sal./Rec.Fiscais	<=35%	71,6	71,6	62,0
Inv.Púb.c./rec.int./R.Fisc.	>=20%	0,9	0,9	1,5
Déf.ext.cor.s/Don/PIB	>=-5%	-7,1	-7,1	-7,3
Taxa Pressão Fiscal	>=17%	8,7	8,7	8,2

³ Taxa de câmbio, final Dezembro: 2011 (497,28 Fcfa) e 2012 (495,35 Fcfa); PIBn: 2011 (465,1 bilhões Fcfa) e 2012 (474,8 bilhões Fcfa).

Critério de primeira ordem:

Primeiro: Até Dezembro de 2012, o rácio do saldo orçamental de base sobre o PIB nominal foi de -1,1%, contra 2,2% no período homólogo de 2011.

Segundo: Até Dezembro de 2012, a taxa de inflação medida pelo índice dos preços no consumidor foi de 2,2% e no período homólogo de 2011 foi de 5,1%.

Terceiro: O rácio da dívida líquida efectiva sobre o PIB nominal foi de 51,8% até Dezembro de 2012. No período homólogo de 2011 esse rácio foi de 45,3%.

Quarto: Até Dezembro de 2012, a acumulação de atrasados de pagamento interno situou-se na ordem de 4.462,4 milhões de FCFA. Ao passo que, no ano passado, registou-se no igual período, uma acumulação de 1.189,9 milhões de FCFA, conforme demonstra o quadro acima.

Critério de segunda ordem:

Primeiro: O rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais atingiu 62,0% até Dezembro de 2012 contra 71,6% no período homólogo de 2011.

A melhoria deste rácio no período é devido a uma diminuição nas

Despesas com pessoal (16,2%), pelas razões expostas anteriormente.

Segundo: O rácio de investimentos com recursos internos em relação as receitas fiscais melhorou ligeiramente, subindo para 1,5% até Dezembro de 2012 contra 0,9% no período homólogo do ano anterior.

Terceiro: O rácio de défice exterior corrente sem donativos em relação ao PIB deteriorou em 2012, situando-se em -7,3% contra -7,1% no período homólogo de 2011.

Quarto: A Taxa de pressão fiscal anual programada em 2012 foi de 8,9%, no OGE rectificativo, tendo-se situado em 8,2% até final de Dezembro de 2012 contra 8,7% no período homólogo de 2011.

Em relação ao Pacto de Convergência, Estabilidade e Crescimento, podemos constatar que durante o período em análise, foi registado degradação em termos de cumprimento da Convergência nominal.

IV. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indic. Quant. Prog. ECF 2012
(em milhões de Fcfa)

Descrição	Fim Dezembro-2012		
	Prog.	Real. Acum.	Var.
1. Receitas do Governo	50.705,0	46.023,8	-4.681,2
Receitas fiscais	44.548,0	38.913,1	-5.634,9
Receitas não fiscais	6.157,0	7.110,7	953,7
	-	-	
2. Saldo Primário Base	10.893,0	16.882,9	-5.989,9
3. Financiamento Interno	0,0	6.100,8	6.100,8
4. Novos Atras. Internos	0,0	-5.419,7	-5.419,7
5. Despesas Primárias Internas	64.239,0	63.017,8	-1.221,2
6. Despesa não Titulada (DNTs)	200,0	111,1	-88,9
7. Gastos Sociais e outras desp. Prioritário¹	34 782,7	10.795,1	2.598,1

Este quadro ilustra os dados do primeiro trimestre de 2012, que revela a última avaliação do acordo entre o Governo e o FMI (Fundo Monetário Internacional) no âmbito do programa ECF (Facilidade de Crédito Alargado) que abrange o período 2010-2012.

A partir do mês de Abril o referido programa foi suspenso, por motivo dos acontecimentos de 12 de Abril de 2012.

(Ver Relatório das Finanças Públicas: 1º Trimestre - Janeiro a Março - de 2012. Pag.11).

¹ Por gastos sociais e outros gastos prioritários, entende-se o total da despesa corrente nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura e as despesas de capital financiadas com recursos internos (Infra-estrutura).

V. PERSPECTIVAS

Após a forte desaceleração do crescimento económico observado no ano 2012, ou seja, -0,9%, espera-se a retoma no crescimento do PIB real em 2013 em torno de 3,2%, baseado na perspectiva de uma boa campanha agrícola, das boas expectativas relativas a uma produção sustentada de caju, à recuperação do programa de investimento público e à dinâmica da construção civil.

A medida que os preços internacionais dos bens alimentares e dos combustíveis forem estabilizando, a inflação subjacente deverá manter-se controlada, e a inflação global deverá voltar aos valores médios da UEMOA, abaixo dos 3% em 2013. Partindo do princípio que os preços médios de exportação do caju voltem aos seus valores a médio prazo, a conta corrente deverá aumentar ligeiramente em 2013.

Em relação a política fiscal, o Governo pretende alinhar com o programa fiscal acordado com os parceiros técnicos do desenvolvimento com o objectivo de

prosseguir a política de estabilidade macroeconómica.

Espera-se que a receita fiscal aumente em cerca de 1,3% do PIB. O Governo, em 2013, perspectiva a sustentabilidade fiscal e externa, o relançamento do crescimento económico e a realização de progressos na redução da pobreza e no cumprimento dos Objectivos para Desenvolvimento de Milénio (ODM).

As orientações da política económica para o ano 2013, continuarão a centrar-se no reforço das finanças públicas, na modernização da administração pública, na capacitação técnica para a implementação das políticas, no acesso alargado a serviços sociais, nas infra-estruturas básicas e no desenvolvimento do sector privado. A política orçamental preconizada pelo Governo para 2013 visa atingir um défice de 1,3% do PIB, contra o défice de 2,8% do ano 2012. Essa medida é necessária para reforçar a credibilidade alcançada no domínio das finanças públicas, graças as reformas realizadas e em curso, visando aumentar as receitas,

controlar com máximo rigor as despesas.

As medidas continuarão a centrar-se na melhoria do planeamento

fiscal, melhoria da previsibilidade e controlo da execução orçamental.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Guiné-Bissau iniciou há décadas, uma série de reformas convista ao saneamento das finanças públicas. Infelizmente essas reformas não tiveram sucessos, devido a constante instabilidade política que o País conheceu durante esse período.

Nos últimos anos houve alguns progressos em termos de arrecadação das receitas e melhoria no controlo das despesas, o que permitiu atingir o ponto de conclusão e beneficiar do alívio da dívida externa no quadro da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE).

A performance económica e financeira alcançada através da implementação do programa ECF, não teve continuidade a partir do mês de Abril do ano 2012.

A evolução dos indicadores à médio prazo revela que o acontecimento de 12 Abril de 2012 afectou os principais sectores, incluindo o financiamento público, o sector comercial e industrial. Também diminuiu as actividades de marketing de caju e limitou severamente a participação de

bancos locais neste processo. Além disso, alguns parceiros do país, incluindo o BAD, o Banco Mundial e a União Europeia suspenderam projectos dependentes de financiamento. Esta situação afectou o investimento público e o sector de construção, o que originou uma forte desaceleração na taxa de crescimento de -0,9% contra 4,5% inicialmente previsto. Porem, as actividades económicas tiveram impacto negativo que afectou o nível de arrecadação das receitas de exportação da castanha de cajù, o que contribuiu na diminuição das receitas correntes em 12,5% e, conseqüentemente o não cumprimento das metas inicialmente estabelecidas. Da mesma forma, os apoios orçamentais programados para o ano 2012 tiveram alterações, conseqüentemente, foram mobilizados alguns apoios orçamentais adicionais provenientes da Nigéria, CEDEAO e UEMOA.

O alcance das perspectivas macroeconómicas da Guiné-Bissau vai depender da consolidação da Paz e estabilidade política, que permitirá a implementação e

consolidação das reformas nos sectores da energia e administração pública.

As despesas totais aumentaram em 52,9% e as despesas correntes aumentaram em 14,8%, face ao mesmo período do ano transacto.

É de salientar que ainda existem pagamentos internos em atraso que continua a constituir muita preocupação (5.419,7 milhões de Fcfa).

O Governo implementou sistema de bancarização de salários e receitas públicas junto dos Bancos Comerciais.

Em relação aos Critérios do Pacto de Convergência de Estabilidade, Solidariedade e Crescimento da UEMOA, o Estado respeitou dois dos quatro Critérios da primeira ordem, que são a taxa de inflação média anual e o stock da dívida externa sobre o PIB.

Quanto aos critérios de segunda ordem, nenhum foi respeitado, pelo que se registou uma degradação em todos os indicadores.

Contudo, é necessário ainda reforçar o rigor e a contenção nas despesas, baseada numa política

de maior controlo e de prudência fiscal nos próximos tempos.

Recomendações:

- É necessário minimizar os riscos de agravamento na execução orçamental, isto é, para não permitir o aumento da carteira da dívida na ausência de liquidez;
- Consolidar a estabilidade sociopolítica e reunir as condições para o sucesso do processo de transição que terminará com a realização em 2013 das eleições presidenciais e legislativas;
- Manter os esforços da gestão rigorosa das finanças públicas, prosseguindo as reformas previstas no quadro do Programa de Facilidade de Crédito Alargado;
- Prosseguir as reformas nos sectores de energia, da defesa e segurança;
- Reforçar o controlo das administrações financeiras;
- Manter a despesa do ano corrente limitada aos níveis dos recursos disponíveis sem agravar o serviço da dívida pública;

- Continuar a reduzir paulatinamente o elevado stock de atrasados internos (dos anos anteriores) em conformidade com o plano de médio prazo do Governo;
- Assegurar a regularização dos DNT`s (Despesas Não Tituladas) para evitar o agravamento do total das despesas.

Ficha Técnica:

Coordenador:

Dr. Abubacar Demba Dahaba

Ministro das Finanças

Director Geral:

Dr. João Viriato Barbosa Rodrigues

E-mail: djonviriato27@gmail.com

Site: www.minfin-gov.bissau.net

Equipa Técnica:

Jeremias Pereira

Óscar Cunha

Adão Jata

Alberto Lona

Seco Camara

Totas A. J. Correia

Samora Gomes

Carlos Sanhá (em memória)

Emerino L. Neto

Laudimila C. S. Camará

Firmino Pera Joaquim

Sérgio da Silva Intchete

Secretário

Mamadú L. Turé

Coordenação Gráfica:

Direcção Coordenadora dos Serviços de Informática

Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério das Finanças